

## ÍNDICE GERAL

### CAPÍTULO I

#### OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TRÊS DIMENSÕES

1. Perspectiva filosófica ou jusnaturalista . . . . .	11
2. Perspectiva universalista ou internacionalista . . . . .	16
3. Perspectiva estadual ou constitucional . . . . .	25
4. Uma dimensão constitucional positiva . . . . .	30

### CAPÍTULO II

#### OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM GERAL

1. O contexto da sua evolução histórica . . . . .	43
2. Sistemas de cristalização dos direitos fundamentais . . . . .	54

### CAPÍTULO III

#### O CONJUNTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1976

1. A matéria dos direitos fundamentais . . . . .	76
2. A unidade de sentido do sistema dos direitos fundamentais . . . . .	97

### CAPÍTULO IV

#### A INTERPRETAÇÃO DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS RELATIVOS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. O «método jurídico» . . . . .	116
2. O carácter especial dos preceitos constitucionais . . . . .	119
3. As linhas de superação do método tradicional . . . . .	122
4. Norma, valor e realidade no domínio dos direitos fundamentais . . . . .	126
5. As modalidades de aplicação e as diferenças entre as normas . . . . .	135

### CAPÍTULO V

#### OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO CATEGORIA JURÍDICA

1. A dupla dimensão dos direitos fundamentais: a dimensão objectiva como dimensão valorativa e como dimensão jurídica estrutural . . . . .	143
2. Características essenciais do conceito de direito subjectivo funda- mental . . . . .	171

## CAPÍTULO VI

ESTRUTURA E TIPOS DE DIREITOS  
SUBJECTIVOS FUNDAMENTAIS:

## OS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS E OS DIREITOS SOCIAIS

1. A estrutura complexa dos direitos . . . . .	188
3. A variedade dos tipos de direitos . . . . .	191
3. A procura de um critério de regime . . . . .	194
4. Direitos, liberdades e garantias e direitos sociais . . . . .	198
5. Direitos subjectivos e pretensões jurídicas . . . . .	205
6. O regime dos direitos, liberdades e garantias . . . . .	210

## CAPÍTULO VII

## OS LIMITES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Os limites imanentes . . . . .	215
2. As colisões ou conflitos de direitos . . . . .	220
3. A intervenção legislativa na matéria dos direitos, liberdades e garantias . . . . .	224
4. Os limites dos direitos sociais . . . . .	248

## CAPÍTULO VIII

A FORÇA JURÍDICA DOS PRECEITOS  
RELATIVOS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Aplicabilidade directa e imediata . . . . .	254
2. A vinculação das entidades públicas . . . . .	264
3. Vinculação de entidades privadas . . . . .	270
4. A força jurídica dos preceitos relativos aos direitos sociais . . . . .	300

## CAPÍTULO IX

## A TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. A protecção jurídico-institucional . . . . .	314
2. Os remédios . . . . .	335
3. A tutela dos direitos sociais . . . . .	343